

AVALIAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS GRUPOS IN-  
DÍGENAS DE TEFÉ

Em 1982, foi aprovado pela OXFAM um projeto de desenvolvimento comunitário para a compra de um barco.

Apesar de ter sido solicitado inicialmente pelas lideranças Miranhas do Miratu, o projeto expressava as legítimas aspirações dos grupos Cambeba do Jaquiri, Mayorúna do Marajá e Miranha da Méria.

Constava entre os objetivos do projeto:

1. Venda da produção dos quatro grupos em Manaus
2. Organização de uma cooperativa que pudesse beneficiar indiscriminadamente os quatro grupos.
3. Fortalecimento dos vínculos intercomunitários
4. Valorização da identidade indígena em Tefé
5. Demarcação das terras indígenas em Tefé
6. Autonomia econômica e política dos grupos envolvidos.

Os objetivos acima sintetizados, passados três anos, não foram atingidos. É necessária uma avaliação dos diversos motivos que impõem limitações ao alcance do projeto, para definir estratégias de apoio à concretização das legítimas aspirações indígenas.

Os fatos demonstraram que não foi possível a articulação intercomunitária para a realização da venda direta em Manaus. Até a aquisição do barco, os Miranhas, Cambebas e Mayorúnas vinham travando re

lações de solidariedade em ajuris, festas e reuniões intercomunitárias, que eram momentos propícios à realização de alianças para atingir objetivos comuns.

Mas, segundo relatos dos índios, a partir do momento que eles obtiveram o barco, foi impossível a união entre os grupos. Foram realizadas diversas reuniões e constituído um conselho intercomunitário. O resultado, entretanto, destas discussões não foi considerado válido pelos membros dos grupos envolvidos.

Quanto à venda direta em Manaus, também não pode ser concretizada de maneira sistemática por nenhum dos grupos.

Para entender os motivos deste fracasso, é necessário examinar o processo de diferenciação social que se observa na região tomada em geral, e entre os grupos indígenas em particular. Este processo de diferenciação social se manifesta tanto na distinção entre as áreas ocupadas pelos territórios indígenas, quanto na possibilidade, individual ou de grupo, de tornar-se comerciante. Interessamos observar este segundo caso.

Os grupos indígenas de Tefé podem ser caracterizados como segmentos da produção mercantil regional, manifestando-se entre eles a ambiguidade da condição contraditória deste segmento social.

Se os grupos indígenas estão ligados à terra, no exercício da atividade agrícola, membros destes grupos, em particular alguns miranhas, tiveram acesso ao pequeno comércio em cidades como Tefé, Coari e Manaus.

A própria diferenciação, no entanto, que criou a possibilidade do surgimento da aspiração de realizar a venda direta em

Manaus impediu que esta se realizasse, naquele momento, pois as diferenças sociais existentes no interior do Miratu e entre Miratu, Jaquiri, Marajá e Méria dificultaram a união entre os grupos. Se, em um primeiro momento, foram as próprias diferenças que levaram estes grupos a se aliar para atingir objetivos comuns, em um segundo momento as mesmas diferenças impediram que estes objetivos fossem atingidos, pois os grupos de fato não constituíam uma totalidade, dada a particularidade de cada um no processo regional.

A existência de minicomerciantes miranhas em Manaus, que ofereceram armazéns para estocar a produção indígena, levou os índios à suposição que poderiam fazer a venda direta em Manaus. Esta expectativa foi a sustentação para a constituição de alianças entre os grupos. Apesar, porém, das semelhanças entre as situações de cada grupo, era artificial a unidade denotada por tais alianças entre eles.

Os Miranhas não tiveram condições de realizar sistematicamente a venda direta em Manaus, como dizem, "por falta de recursos". O projeto cambeba de vender a produção em Manaus também foi fracassado, porque a grande enchente de 1982 destruiu toda sua safra. O líder Cambeba Raimundo Cruz, no entanto, afirma:

"Acho que o projeto não foi erro. Eu me lembro bem daquele projeto. O projeto foi bom. Foi vender a farinha em Manaus, e comprar a mercadoria mais barato. O certo é que eu queria aprender com os Miranhas a comercializar em Manaus, mesmo sabendo que

ia ser meio prensado. Mas não deu para fazer a venda em "anaus, por falta de recursos".

É necessário considerar também as transformações ocorridas na região nos últimos 3 anos.

Os membros dos grupos indígenas eram financiados por um programa do Banco do Brasil, vinculado ao PROTERRA, de crédito direto ao pequeno produtor. Com o crescente aumento dos juros, a população ribeirinha mostrava-se insatisfeita com o financiamento, que era manipulado por comerciantes e aviadores, pois tinham meios de utilizar o crédito destinado ao pequeno produtor em seu próprio proveito. Como as grandes alagações de 1982 destruíram toda a safra das várzeas e terras baixas, 99% dos financiados viu-se impossibilitado de pagar a dívida contraída com o banco. Num movimento político que envolveu grande parte da população ribeirinha financiada, entre eles membros dos grupos indígenas, fizeram um abaixo assinado reivindicando a liberação dos recursos do Seguro Agrícola (PROAGRO), previsto pelo Estatuto da Terra. O movimento sofreu fortes pressões, e seu grande potencial político foi amortecido no jogo de forças local. O resultado é que até hoje os ribeirinhos são considerados inadimplentes pelo Banco, e o banco ameaça levar a juízo, temendo os índios que seja feito como agem os pretensos proprietários dos castanhais, utilizando-se da força policial para cobrar a renda da terra que de direito pertence ao agricultor.

Na situação atual em Tefé tem-se observado a contradição entre diversas linhas de ação, que correspondem a diferentes estratégias de ocupação postas em prática pelo estado através de organismos distintos, que atuam a nível municipal, estadual, regional ou nacional, e expressam diferentes estratégias políticas.

Quanto à ocupação fundiária, por exemplo, o governo do Estado do Amazonas prioriza a colonização pública e privada, deixando em segundo plano a regularização fundiária, tendo sido inclusive desativado o escritório do Instituto de Terras do Amazonas que fora instalado em Tefé com este fim. Isto tem resultado na implantação de vários projetos de colonização os quais, apesar de aproveitarem a população local, não representam uma solução adequada à complexidade da situação fundiária na região de Tefé. Outros organismos, a nível nacional, como a CONTAG, representada localmente pelo sindicato, têm apresentado orientações no sentido de incentivo à reivindicações pela população ribeirinha no sentido da regularização fundiária das terras que ocupam.

No caso indígena, a demarcação de suas terras pode estar em vias de se concretizar, pois as lideranças destas comunidades travam constante contato com a FUNAI, tendo esta instituição prometido uma visita no mês de julho de 1985, para regularização da situação de terras.

A situação do agricultor ribeirinho, no entanto, é extremamente precária. Os comerciantes que dominam econômica e política

mente a região manipulam os acontecimentos em seu próprio proveito, verificando-se a concentração de renda e de propriedades. A principal sustentação econômica do poder destes comerciantes não são as propriedades fundiárias, pois os títulos de terras na região são considerados "frios", mas atividades de exploração do trabalho caboclo, estocagem de produtos agrícolas e manufaturados, e mesmo investimentos propriamente financeiros.

Apesar do aumento constante dos preços das mercadorias que necessitam para viver, mais elevado que o aumento dos preços dos produtos agrícolas, constata-se contudo que o ribeirinho próximo a Tefé não vive hoje a mesma sujeição do habitante dos altos rios. Pode-se observar, inclusive, que a aspiração de libertar-se dos patrões tem sido, de alguma forma, alcançada, pois como a população ribeirinha já sabe manipular o dinheiro e conhece as leis, tem buscado os melhores preços, libertando-se progressivamente da sujeição direta ao patrão pela dívida.

Contribuem para isto tanto os próprios programas de governo, que objetivam a fixação do homem à terra, e o incentivo à produção agrícola, quanto a ação Pastoral da Prelazia de Tefé, que através da educação de base visa "promover o homem".

Membros das comunidades ribeirinhas próximas a Tefé, que dispõem de pequenos barcos com motor de popa, como os índios de Barreira da Missão, Jaquiri e Marajá, t

transportam hoje produtos agrícolas e extrativos até Tefé, onde vendem na feira livre, em frente ao mercado municipal, nos Recreios (motores de linha), que transportam mercadorias até Manaus mediante o pagamento de frete), e em casas comerciais. Libertam-se, desta forma, da sujeição dos patrões. Este movimento, porém, é ainda episódico e pouco estruturado, necessitando as comunidades de apoio financeiro para realizar a venda em Tefé de modo coletivo e organizado.

Acrescente-se que a aquisição do barco financiado pela OXFAM teve resultados educativos para as comunidades envolvidas, que têm procurado experimentar formas de atingir estes objetivos. Os membros do Marajá e Jacuiri, para concretizar a aspiração de libertação dos patrões, pretendem adquirir barcos para transportar a produção até Tefé, onde os preços são mais justos. As diferenças, porém, existentes entre Marajá e Jacuiri impedem a tentativa de novos projetos intercomunitários.

O Marajá realizou um plano de financiamento junto ao Banco do Brasil, através do Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FUNDEC), para a aquisição de um barco. Necessitam, contudo, da injeção de uma verba complementar, que solicitam à OXFAM, para que possam adquirir o barco e iniciar as atividades cooperativistas.

O Jacuiri já adquiriu motor de popa e um pequeno casco, com os quais transporta parte de sua produção para Tefé, onde ven-

dem em Recreios. Necessitam, porém, adquirir um casco de aproximadamente 12 metros, com cobertura, para transporte de sua produção, solicitando para isto também apoio financeiro à OXFAM.

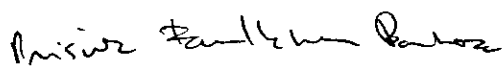
É necessário ressaltar que a estrutura da organização destes grupos já tem solidez suficiente para dar suporte à concretização de seus objetivos.

A venda da produção em Tefé e a organização de uma cantina em cada comunidade beneficiará economicamente estes grupos, podendo-se estimar uma redução de 50% em seus gastos atuais.

É necessário enfatizar que este projeto econômico tem objetivos educativos. Neste sentido, deve conduzir não somente a conquistas materiais por estes grupos, mas também a uma tomada de conhecimento de sua situação histórica, e a afirmação de suas identidades étnico-políticas.

Os tuxauas do Marajaé e do Jacuiri são os intermediários entre os grupos indígenas e a OXFAM, e solicitar uma reunião com o representante da OXFAM, para apresentar o projeto e o orçamento.

Atenciosamente,

  
PRISCILA FAULHABER BARBOSA

OBS : Redigi este projeto a pedido das lideranças Cambebas e Mayorunas. Coloco-me à disposição da OXFAM para qualquer esclarecimento.